



Intercorrências comunicacionais na formulação do discurso de jovens estudantes do ensino fundamental de escolas de Novo Hamburgo/RS sobre Gênero e Etnia¹

Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro
Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS/Brasil
neusaribeiro@feevale.br
neurib@portoweb.com.br

Resumo

Este texto pretende refletir sobre a formulação do discurso de gênero e etnia, entre os jovens estudantes da faixa etária de 08 a 17 anos, que frequentam escolas do ensino fundamental, na cidade gaúcha de Novo Hamburgo, e estão expostos aos processos midiáticos cotidianos. Reflexão esta, que faz parte de uma pesquisa em andamento², que tem fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil, e é realizada em 14 escolas municipais, na perspectiva de se localizar alguns aspectos no discurso formulado que possam resultar em ações e atitudes preconceituosas (ou não). Na bibliografia autores das áreas da Comunicação, das Ciências Sociais e da Antropologia.

Palavras-chave: jovens; preconceito; etnia e gênero; escolas; processos midiáticos.

A pesquisa sobre a formulação de um discurso entre jovens de escolas do ensino fundamental de Novo Hamburgo, em relação às questões de gênero e etnia tem apresentado elementos de um conhecimento formal adquirido na sala de aula, que aparece do conhecimento mediado pelos professores, além da cultura da família, dos grupos de amigos, enfim, das diversas trocas realizadas pelos jovens, inclusive aquela mediada pelos meios de comunicação, entre outros, basicamente. E, ao se localizar a sala de aula como um espaço de formação, entendeu-se ser este um local especial para a definição dessa formulação de discurso, na medida em que há um saber pontual passado de professor a estudante, e vice-versa, que estabelece uma situação direta de trocas de

¹ Trabalho apresentado no **DT 7 – GP Comunicação para a Cidadania**, componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisa: “O discurso sobre Gênero e Etnia: a realidade do ensino fundamental no município de Novo Hamburgo/RS”, desenvolvida na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo/RS, Brasil.

conteúdos e de conhecimento. E é da escuta de 90 jovens estudantes cuja faixa etária varia entre os 8 e os 17 anos, que têm-se alguns indícios sobre os diferentes olhares desses jovens para o mundo, em permanente transformação, onde as questões relacionadas ao racismo e às diferenças sexuais aparecem a partir do questionamento feito. Questões essas, que aparentemente não são tratadas de maneira clara e objetiva, no contexto escolar, embora já existam alguns documentos do Ministério da Educação brasileiro, e leis que, por exemplo, estabelecem a ‘obrigatoriedade’ do ensino-aprendizagem da História e da Cultura Afro-descendente e Africana³, formalizando assim, o conhecimento que é fomentado pelos docentes em seu discurso expresso.

De outra forma, sabe-se, também, por diversos estudos já realizados, que os meios de comunicação representam através dos conteúdos emitidos e seus suportes tecnológicos, os processos sociais que vão acontecendo cotidianamente, mas, no entanto, são passíveis de construir imgeticamente, outra realidade, que não aquela vivida intensamente pela população, em suas comunidades. Igualmente, os estudos do campo da Comunicação têm trazido para a sociedade uma significativa contribuição, no sentido de esclarecer e continuar provocando a busca de novos conhecimentos sobre as relações humanas, em seus diferentes âmbitos.

Tratando-se do cruzamento do ensino passado em sala de aula, com os conhecimentos emitidos pelos meios de comunicação, e fora deles, em situações informais, se tem possibilidades de formulação de um discurso, entre os jovens, que, se estrutura nas potenciais situações de exclusão social e preconceito resultantes do conjunto de vivências, em relação às questões de gênero e etnia.

Toma-se aqui a referência dos estudos de Patrick Charaudeau (2006) para se conceituar a formulação de situações discursivas explícitas e implícitas entre os sujeitos nas diferentes relações sócio-históricas, através das estruturas de linguagens verbais e não-verbais. Mas, é importante uma contextualização sobre os estudos de gênero e etnia, aqui colocados como duas mediações significativas para a compreensão deste estudo, pois a formulação do discurso hegemônico ocorre de uma base sócio-histórica, na sua principal matriz, e por diferentes transversalidades.

As questões de gênero – masculino e feminino – se assentaram no conceito de patriarcado, e desde lá, os conceitos e o exercício dos diferentes papéis sociais adquiridos por homens e mulheres, vêm sendo reforçados, ao longo da história

³ A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

universal. Saffioti (2004, p.44) destaca que o "patriarcado é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens". Embora as ideias assentadas nas discussões entre aquelas, que contradiziam o direito paternal natural e o direito político convencionado, foram se transformando ao longo dos mais de 400 anos de história da humanidade, se chega à contemporaneidade do século XXI ainda com polêmicas sobre o tema.

Pateman (1993) citada por Saffioti (2004, p.53) comenta que "a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original". Relações essas que estão diretamente vinculadas aos preceitos religiosos, principalmente àqueles em que seus códigos foram se estruturando sob a ideia de um Deus masculino, como afirmou Boff:

Em consequência, todas as grandes religiões históricas que estruturaram no código patriarcal a sua experiência originária do Divino são reducionistas e nos transmitem uma tradução parcial. O mesmo aconteceu com as instituições religiosas. O imaginário, a linguagem, os símbolos, os ritos e os textos fundadores destas instituições trazem a marca da cultura masculina. (BOFF, 2002, p.86)

Sobre a própria compreensão acerca do conceito de gênero, Saffioti (2004, p.44) comenta a diversidade de abordagens que o tema tem recebido em diferentes momentos, por estudiosos, "uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado". A autora afirma que mesmo que cada feminista enfatize determinado aspecto, há um consenso, ainda que limitado: "o gênero e a construção social do masculino e do feminino". Aqui, trata-se da questão considerando que também gênero seja uma categoria histórica, na medida em que a história é um processo em transformação e por isso mesmo, ao se entender a aplicação do termo para identificar a primazia masculina sobre as ações das mulheres, na contemporaneidade, se pode confundir com as ideias do patriarcado, que se estabeleceram fortemente por um período histórico, mas que não deixaram de existir, como afirmou Saffioti:

A história revela que as grandes causas, benéficas especialmente aos contingentes discriminados e a quase todos os demais, obtiveram sucesso, apesar de terem sido conduzidas por pequenas minorias. E as brasileiras tem razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo. (SAFFIOTI, 2004, p.46-47)

Quando Beauvoir (1980, p.9) escreveu "ninguém nasce mulher: faz-se mulher", provocou comentários e discussões importantes sobre os saberes que se caracterizam

como femininos. Da mesma forma como aqueles saberes que vão sendo tecidos na própria estrutura social, e se modificam pela insistência de alguns segmentos mais avançados, mesmo em minoria, como os diferentes movimentos contra a homofobia, o lesbianismo, etc, atualmente, em pleno século XXI.

Sob o olhar étnico, a formulação de um discurso hegemônico, na cultura brasileira, tem se estabelecido desde a exploração da mão de obra escrava, ou até mesmo antes dela, com a exploração dos índios, pelos colonizadores portugueses e espanhóis. Mas, a localização territorial contínua do Brasil que avança do litoral para o interior do continente, sempre foi uma marca de destaque que interferiu nas relações dos povos hispano-americanos componentes das outras nações vizinhas ao País. Ribeiro (1983) trata de uma etnia nacional brasileira que se formulou multicultural e multirracial originada dos papéis decisivos do negro e do índio, e do europeu. Depreende-se, pois, que, de um passado forjado nas diferenças das populações locais, isto é, dos índios, miscigenadas com os negros, que foram deslocados da África a partir do século XVI e escravizados até o século XIX, e os portugueses, que aportaram no Brasil, diferente dos espanhóis em outras áreas da América Latina, resultou uma multicultural que se isolou no continente sul-americano, com base nos interesses trazidos pelos colonizadores.

Para Ribeiro (1983, p.222) a matriz indígena Tupi, localizada em toda a costa brasileira, foi se misturando com a matriz europeia gerando os primeiros tipos de uma etnia propriamente nacional: os mamelucos, com pais europeus e mães índias, que não eram nem índios, nem europeus, mas que representariam o principal tipo da sociedade brasileira. Numa época em que os negros ainda não haviam chegado, o predomínio do conhecimento do índio sobre a vida na floresta tropical, com suas metodologias e visões próprias do mundo, superava a arrogância do europeu que trazia novidades para convencê-los. Por necessidade de sobrevivência foram explorando a sabedoria indígena para o desenvolvimento de roçados mais organizados, que produziam alimentos e os mantinham sem tanta carência de produtos comestíveis.

A presença dos jesuítas no Brasil, com a intenção de *domesticar* os índios, tratando-os como seres incapazes, apesar da sabedoria que tinham, intensificou as relações para que a cultura local fosse se transformando em objeto de geração de renda para os colonizadores. Assim, a introdução de sementes e mudas de plantas como a cana-de-açúcar para o aproveitamento nos engenhos, construídos pelos descendentes de portugueses, motivou também a exclusão dos índios do processo produtivo e provocou a compra de negros africanos em regime de escravidão. Embora eles tivessem igualmente

uma origem de vida tribal, na África, eram considerados mais evoluídos cultural e socialmente, diferentemente dos índios. Além disso, julgavam os portugueses, que toda a agressividade carregada pelos negros escravos seria diluída pelo afastamento de seus núcleos de origem, de sua língua e de suas comunidades, enfim, que não se sentiriam encorajados a fugir. Ribeiro (1983, p.225) destaca que os conformadores fundamentais desses novos núcleos de convivência que se formavam, nessa terra recém-descoberta foram "a escravidão, como forma de contingenciamento da mão de obra e o sistema de fazendas, em que cada novo núcleo foi estruturado".

Registros históricos dão conta de um processo que manteve sob regime de escravidão em torno de 4 milhões de negros trazidos da África, por quatro séculos. Se em meados do século XVI a nascente população brasileira vivia aquela realidade, assim como havia certa semelhança em outros países latino-americanos, num processo em que a cultura popular se vinculava às origens raciais do homem e da mulher, pode-se pensar em relação ao século XXI, que a modernidade trouxe outras referências para essa cultura, considerada ainda como a essência da construção do sentido "das relações de trabalho, de religião e seus discursos", como afirma Martín-Barbero (2001, p.103).

Os modos de produção eram assentados em bases tradicionais mecanicistas e as manifestações festivas tinham em suas bases os hábitos e costumes do índio e o que era possível experimentar da história dos negros que, na escravidão imposta pelos portugueses, não podiam expressar plenamente. Na atualidade, o sistema vigente impõe, na sua essência, determinados hábitos e atitudes que, em certa medida, reporta àquelas situações de exclusão, para quem é, hoje, trabalhador assalariado, entre os brasileiros.

A cultura popular referida por Martín-Barbero é aquela que trata da cotidianidade dos sujeitos, isto é, aquela que expõe uma linguagem traduzida pelo vocabulário e por gestos que manifestam ambivalências, ou seja, "que não apenas acumulam e dão vazão ao proibido, mas que ao operar como paródia criam uma atmosfera de liberdade". O autor afirma (2001 p.106): "grosserias, injúrias e blasfêmias revelam-se condensadoras das imagens da vida material, e corporal, que liberam o grotesco e o cômico, os dois eixos expressivos da cultura popular".

Portanto, quando se pensa nos elementos sócio-históricos da formação do homem e da mulher brasileiros não se pode deixar de falar de uma certa cordialidade destacada por Holanda (1984, p.106), o que contrasta com as afirmações feitas por Martín-Barbero, ao se referir ao passado histórico dos povos latino-americanos, com seu realismo grotesco. Para Holanda, a cordialidade a que se refere está presente, por

exemplo, nas formas da escolha dos representantes da população, na esfera política, principalmente. O autor destaca que "é a estrutura familiar, que através de seus contatos primários sempre tem fornecido o modelo obrigatório de qualquer composição social" para o homem civilizado. Mas, para o caso das etnias nacionais, Ribeiro (1983, p.140) discute que o novo tecido cultural cresceu pela multiplicação das células que se derivaram das matrizes originais, "construindo-se em ambientes ecológicos contrastantes; pela especialização de elementos novos, devidos a sua própria criatividade ou adotados de outros contextos sociais, e pela incorporação de novos contingentes humanos que lhes emprestam certos coloridos singulares".

Há, portanto, de acordo com as ideias de Ribeiro, um plasma que se configura nas atitudes e procedimentos públicos e privados de partes da sociedade, que foram se consolidando ao longo da história do Brasil, inclusive se moldando ao desenvolvimento de tecnologias mais avançadas que vêm sendo aplicadas na produção de bens e serviços em diferentes âmbitos. Bens e serviços que vão se traduzindo em elementos da cultura mediada da população, ao se considerar o que Martín-Barbero discute sobre o assunto. Para o pesquisador (2001, p.271), já nos séculos XX e XXI o eixo da discussão gira em torno do conhecimento transmitido pelas Ciências Sociais, "e de um reconhecimento na lógica da diferença, de verdades culturais e sujeitos sociais".

Mas, para Holanda, (1984, p.106-107) está na ancestralidade dos padrões do convívio humano, formados no meio rural e patriarcal, a origem de um traço definido do caráter do brasileiro, destacado como hospitaleiro e generoso por muitos estrangeiros que visitam o país. O que denota, de maneira mais marcante, os ensinamentos escolares de uma elite vinda da Europa em contraste com a energia visceral da população local, mais embrutecida pelo trabalho pesado e a sua busca por melhores condições de vida, pelo menos nos últimos dois séculos.

E, mesmo com a abolição da escravatura em 1888, outros processos vieram como a adoção do contrato de trabalho para os colonos italianos e alemães, que contribuíram no desenvolvimento agrícola do país, no final do século XVIII, e durante todo o século XIX e início do século XX permaneceram no trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café e de outras produções, que foram sendo introduzidas como a soja, o trigo, o milho, o arroz e o feijão. Marcas que refletem ainda neste século XXI as diferentes situações de pobreza e exclusão numa sociedade que solidifica cotidianamente processos políticos e econômicos macrorregionais, que fragilizam as relações de trabalho e as condições mínimas de educação formal e informal.

Modificações essas, resultantes de normas legislativas inclusive, que conduzem a uma cultura multifacetada e que, no entanto, tem tido em sua representação neste século determinados comportamentos que interagem para a constituição das ‘novas identidades’ da sociedade brasileira.

Um exemplo disso foi o desenvolvimento das empresas de comunicação, com a intervenção dos meios como os jornais, o rádio e a televisão. Do início da década de 1950 até o final da década de 1960 o país sofreu grandes transformações em sua configuração produtiva e étnico-racial. O que se quer entender, a partir dessas discussões, está na estrutura de relações sociais e de comunicação, que vem se estabelecendo na história do país, interligando os comportamentos culturais das origens étnicas da população, que trazem nas matrizes de formação da sua identidade, traços da referência nativa dos índios, da agregação de valores trazidos pelos negros e do que pode ser adquirido das trocas com os povos europeus. Costumes, hábitos, figurinos, alimentação, modelos de produção, usos de técnicas foram incorporados aos modos de vida dos moradores locais, muito mais por um processo de transmissão oral e de registros históricos, daqueles que foram os fundadores da população do maior país da América Latina. Esses referenciais se fazem presentes na atualidade, na miscigenação da população, que sofre as consequências do aumento dos níveis de pobreza, pelos desajustes políticos, econômicos e sociais mantidos através dos diferentes modelos de administração pública que ocorreram até os dias atuais.

Ao se refletir sobre aqueles elementos históricos, que estão presentes na composição da população, de maneira geral, é que se encontram elementos reveladores, ainda hoje, dos diferentes processos de construção da sua identidade, principalmente entre alguns segmentos da juventude. E, quando se aborda a questão da organização do discurso explícito sobre temas como etnia e gênero, se descortina aí uma gama de variantes de interpretações forjadas no ambiente escolar, que vem se traduzindo em posturas e comportamentos diversos tanto dos jovens em relação à vida, quando de outros setores da sociedade em relação aos próprios jovens.

Respostas para perguntas sobre o racismo e suas consequências são dadas como algo trabalhado pela professora, buscando a compreensão para a realidade da origem da população brasileira. No entanto, as narrativas sobre os espaços coletivos como o recreio continuam sendo de convívio e de trocas de apelidos e referências às vezes negativas sobre a cor da pele, ou sobre a sexualidade humana, entre crianças de mais de

8 anos de idade e seus pares. Da mesma forma, para a inclusão de crianças portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental.

Pode-se verificar, a partir dos depoimentos colhidos, que há um desvelamento para o que se diz invisível nos processos de formação do discurso, tanto dos estudantes quanto dos professores. Em andamento, a pesquisa foca nas relações entre os jovens nesta primeira etapa e, numa segunda etapa, no trabalho dos professores. Mas está na base da estrutura da linguagem expressa a interpretação de sentimentos e pensamentos que vão atingindo os jovens na sua formação. E é essa essência que, em conjunto com a permissividade tácita da funcionalidade das escolas vai aparecendo no conjunto das entrevistas elaboradas. Como a que foi feita com dois meninos negros que se sentem intimidados com *as brincadeiras* de uma colega branca, que não é ‘vista’ pela professora.

No que se refere à formulação do discurso a estudiosa Marli Quadros Leite afirma que a “linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade”. E na sua visão duas palavras andam juntas: o *preconceito* e a *intolerância*. A autora esclarece que o preconceito

Pode ser uma rejeição, um “não-querer” ou um “não-gostar” sem razão, amorfos, e pode até mesmo não se manifestar; a intolerância, por sua vez, nasce necessariamente de julgamentos, de contrários, e se manifesta discursivamente. É o resultado da crítica e do julgamento de ideias, valores, opiniões e práticas. (LEITE, 2008, p. 22)

Charaudeau (2006, p. 67) destaca que “todo o discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge”. Assim, para a existência de uma troca pontual, como a dos estudantes de uma turma escolar, num momento em que se encontram naquele espaço específico da escola, se formula um *quadro de referência*, para que a comunicação ocorra. E o autor questiona: “como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência?”

Dessa maneira, a escola torna-se o espaço das relações sociais formais e informais, em que as crianças e os jovens vão atribuindo valor a seus atos de linguagem, construindo sentido, enfim, uma situação de comunicação em que a validação de sua fala permeia as restrições de tempo, de espaço, de relações, de palavras, se constituindo aí o que o autor identifica como ‘seu valor simbólico’. (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Se há entre as crianças e jovens observados na pesquisa, elementos de situações de comunicação em que a intencionalidade presente no ato da linguagem se configura

como um dito que leva o outro a se sentir invadido em sua subjetividade, sem que a troca fique clara no ambiente escolar, então pode se estabelecer uma situação de estranheza ou inconveniência entre os jovens. Isto quer dizer que aquelas questões relacionadas ao tema ‘etnia e gênero’ que não são totalmente esclarecidas na escola, podem criar entre esses jovens situações de inconformidade e até gerar questionamentos de preconceito e intolerância entre eles.

Já, de outra parte, se observam questões de preconceito e intolerância de setores da sociedade com os próprios jovens. De acordo com o relatório do Fundo de Populações das Nações Unidas *Juventud afrodescendiente en América Latina: realidades diversas y derechos (in)cumplidos*, (Nov, 2011) “a juventude afrodescendente é um dos grupos mais afetados pelos processos estruturais de exclusão, desigualdade e pobreza”. E para que os processos de exclusão e discriminação sejam erradicados, “a sociedade e o Estado precisam garantir acesso aos serviços de educação e saúde, o respeito à integridade física, e proteção contra a violência, além de oportunidades iguais de emprego”, aponta o relatório. No entanto, ao se referir às diferentes realidades encontradas na América Latina, os pesquisadores encontraram situações de que seus jovens “vivem uma tripla exclusão: étnica (por serem afrodescendentes), de classe (por serem pobres) e geracional (por serem jovens); e que é quádrupla quando se trata das mulheres, pois enfrentam, ainda, a exclusão de gênero”. (UNFPA, 2011).

Outro estudo – *O Progresso das Mulheres no Brasil, 2003-2010* - publicado em outubro de 2011 pelo departamento *ONU Mulheres*, que trata da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, afirma que “historicamente, as mulheres negras e indígenas sofrem mais violência que as brancas, na forma de abusos, assédio e discriminação praticados na infância e no âmbito doméstico”. O relatório informa que mesmo havendo um aumento considerável de participação das mulheres no mercado de trabalho, inclusive no exercício de profissões com características marcadamente masculinas, persiste o diferencial de valorização salarial para os homens:

Isto é, de um lado, continuam ativas as desigualdades que a literatura vem recorrentemente assinalando, a saber, elas ganham menos que eles independentemente dos anos de estudo e da jornada semanal trabalhada. De outro lado, aumentou a proporção de trabalhadoras que ganham menos. Por exemplo, tomando a faixa mais baixa, de até 2 SM, vê-se que, 73% das trabalhadoras na indústria de transformação ali se classificavam e, em 2009, 80%; na administração pública, 46% estavam naquela faixa em 2002 e 53%, em 2009; em educação, saúde e serviços sociais – atividades tradicionais femininas

–, os percentuais foram, respectivamente, 49% e 58%. (ONU MULHERES, 2011, p. 166)

Aspectos esses que se amalgamam às demais informações presentes no dia-a-dia daqueles estudantes observados na pesquisa, moradores de bairros de periferia, geralmente filhos de trabalhadores – pai e mãe – que buscam, com dificuldades econômicas, melhorar essa situação. Na realidade, os dados são traduzidos pelos salários recebidos no final do mês, e para muitos, na manutenção direta exercida pela mãe que, muitas vezes, mantém sozinha a família.

Igualmente, tem-se que se observar, por exemplo, aquelas intercorrências advindas da mídia, adquiridas pelos jovens, informalmente captadas e mediadas em seus conhecimentos diários. Referências aos programas da TV aberta foram feitas, na lembrança sobre questões de violência e discriminação às mulheres, por exemplo. O que parece ser tratado em sala de aula, com restrições, com as professoras.

De outra forma, como afirma Charaudeau (2006, p.86) na democracia “é preciso que o maior número de cidadãos tenha acesso à informação, mas nem todos os cidadãos se encontram nas mesmas condições de acesso”, o que causa também uma série de contradições quando “as mídias só se interessam pelo anonimato se puderem integrar a palavra anônima numa encenação dramatizante”. Assim, a partir das situações de comunicação das vivências das crianças e jovens, com suas famílias e amigos, as informações vão sendo trocadas, informalmente, através das próprias redes de interesses que se formam nessas relações. E, avançam para as relações formais da escola, por exemplo, em outra conjuntura que deveria estabelecer uma ‘visada de *fazer saber*’ pelo conjunto de informações a serem passadas a esses jovens.

Por outro lado, ao se colocarem como receptores de produtos midiáticos os estudantes observados, assim como o público em geral, recebem a informação construída a partir de um sentido de um sujeito de enunciação, que faz a mediação do saber assim dirigindo o seu conteúdo sobre o acontecimento, que o percebe e o interpreta. E, segundo Charadeau (2006, p.95), “assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”.

Pode-se dizer que a significação simbólica das palavras trocadas entre as crianças e jovens entrevistados, na pesquisa referida neste estudo, tem uma transversalidade advinda de diferentes situações de comunicação, e, portanto, são

legitimadas pela linguagem, num primeiro momento, depois pelas distintas representações sociais a que eles vão se expondo. E são dos diferentes elementos comunicacionais presentes na realidade empírica daqueles estudantes, que devem resultar os diferentes discursos aparentes que a pesquisa pretende verificar. Para Charaudeau, no entanto, não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado pelo discurso midiático:

O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (CHARAUDEAU, 2006, p. 131)

Mais do que destacar as informações colhidas para a realização da pesquisa, cuja etapa em andamento deve se encerrar em 2013, e será tabulada com o aproveitamento do *software QualiquantSoft*, de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo, com as respostas das entrevistas com os estudantes de 14 escolas do ensino fundamental de Novo Hamburgo, o seu conteúdo deverá apresentar uma amostra das principais referências discursivas presentes nas falas coletadas, sobre gênero e etnia. Estima-se assim, a partir deste estudo, contribuir igualmente nas discussões científicas sobre os temas em questão, observando-se elementos da comunicação, como estruturas que moldam os discursos e elaborações intelectuais sobre aquelas relações sociais mais polêmicas, presentes no cotidiano desses jovens.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 500 p. 1980;

CHARAUDEAU, P. (tradução Ângela S. M. Corrêa) Discurso das Mídias. São Paulo, SP, Contexto, 2006;

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis/RJ: Vozes, 224 p. 1997;

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil, 26ª Edição, Coleção Documentos Brasileiros, RJ, Editora José Olímpio, 158 p., 1984;

LEFÈVRE, F., LEFÈVRE, A. M. O Discurso do Sujeito Coletivo. Uma nova abordagem metodológica da pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, RS, UCS, 2002;

LEITE, M. Q. Preconceito e intolerância na linguagem. São Paulo, SP; Contexto; 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2ª edição, 2001;

RIBEIRO, D. As Américas e a civilização: formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 580 p., 1983;

RANGEL, M./ DEL POPOLO, F. Juventud afrodescendiente en América Latina: realidades diversas y derechos incumplidos. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e UNFPA. Nov.2011

RELATÓRIO O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação e ONU Mulheres. Out.2011.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, Patriarcado, Violência. Coleção Brasil Urgente, São Paulo, Edit. Fundação Perseu Abramo, 151 p.2004;